CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

INFRAESTRUTURA ADEQUADA NAS DEPENDÊNCIAS DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Mônica Moura da Costa e Silva
Analista Legislativo Municipal
Área de Qualificação: Comissões / Sub-Área: Saúde Pública

ESTUDO TÉCNICO
FEVEREIRO, 2016

ESTUDO TÉCNICO: Infraestrutura adequada nas dependências dos estabelecimentos de saúde

Objetivo do documento: O estudo solicitado visa subsidiar do ponto de vista teórico-conceitual e com base em legislação específica, a votação do Projeto de Lei (PLE) nº 175/2015 que "Dispõe sobre a temperatura adequada nas dependências dos estabelecimentos de saúde no município de Salvador", de autoria do vereador Claudio Tinoco, pelos membros da Comissão de Saúde, Planejamento Familiar, Previdência e Seguridade Social. Entretanto, não cabe neste estudo qualquer análise relacionada ao mérito ou constitucionalidade da proposição em questão. Cumpre-nos apenas sistematizar os principais achados técnico-científicos e a legislação relacionada ao tema em questão com vistas a subsidiar a emissão e análise do parecer pela referida Comissão.

Infraestrutura adequada nas dependências dos estabelecimentos de saúde

No cotidiano dos serviços de saúde, muitas vezes, os profissionais justificam a forma como desenvolvem suas práticas com base na infraestrutura do local de trabalho, especialmente quando há dificuldades no componente da organização que, em sua opinião, resultam em limitações e improvisos, como também na ambiência do local.

Para a realização das práticas de saúde é necessária, entre outras condições, a garantia de infraestrutura apropriada, com disponibilidade de equipamentos adequados, de recursos humanos capacitados e de materiais e insumos suficientes à assistência prestada. A organização dos serviços de saúde deve incluir condições sociopolíticas, humanas e materiais que viabilizem um trabalho de qualidade, tanto para quem o executa quanto para quem recebe a assistência.

As ações dos profissionais, muito provavelmente, são influenciadas pelas várias características do sistema de saúde, entre outras, a disponibilidade, as limitações e a qualidade dos instrumentos ou meios de trabalho disponíveis nos

serviços de saúde. A atuação dos profissionais depende fortemente dos equipamentos, edifícios e ferramentas disponíveis, de modo que carências a ela relacionadas podem comprometer o trabalho das equipes e os seus resultados.

Atualmente, a principal estratégia de repasse de recursos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde é o Programa Requalificação UBS.

Instituído em 2011, o *Requalifica UBS* é uma das estratégias do Ministério da Saúde (MS) para a estruturação e o fortalecimento da Atenção Básica. Por meio do programa, o MS propõe uma estrutura física para as UBS, devendo ser acolhedoras e dentro dos melhores padrões de qualidade – que facilitem a mudança das práticas das equipes de saúde. No mesmo ano, o MS expandiu o financiamento e instituiu mais dois componentes para o Programa de Requalificação de UBS, sendo eles reforma e ampliação (Brasil, 2013).

Vale destacar, nesta discussão, o conceito de ambiência preconizado pela política de humanização do Ministério da Saúde, considerado como um significativo na humanização do serviço e, portanto, fator estruturante do processo terapêutico oferecido à população

O conceito de ambiência na saúde surge com a Política Nacional de Humanização (PNH), conhecida como HumanizaSUS, que visam à reorganização dos processos de trabalho em saúde a partir das diretrizes centrais da acessibilidade e integralidade, permeadas pela garantia de vínculo com os usuários, garantindo seus direitos. Deste modo, a importância do projeto da PNH foi afirmar a saúde não como valor de troca, mas como valor de uso. E, nesta discussão da PNH, a ambiência aparece afinada com a perspectiva da produção de saúde, tendo em vista a possibilidade de se potencializarem, na arquitetura, na organização do espaço e das pessoas (profissionais e usuários), as trocas sociais e os vínculos.

Nesse sentido, a determinação deste espaço vai além da estrutura formal, física e técnica dos ambientes, transformando-se em espaço social, profissional e de relações interpessoais que proporcione atenção acolhedora, resolutiva e humana oferecendo conforto, privacidade, segurança, enfim um espaço de expressão de subjetividades dos sujeitos envolvidos, potencialmente decisivos no processo de atenção à saúde.

A ambiência na área de saúde, portanto, tem grande importância para a configuração do serviço tanto no seu aspecto concreto estrutural, como também, frente à interação e vínculos com os usuários do serviço.

Assim sendo, um cuidado de qualidade está de certa forma, condicionado ao ambiente, o que torna este estruturante do cuidado, à medida que favorece as ações cuidadoras. As Unidades Básicas devem ser pensadas, portanto, de maneira a promover os encontros entre trabalhadores e entre estes e a comunidade usuária.

REFERÊNCIAS

Alves DS, Guljor AP. **O cuidado em saúde mental**. In: Pinheiro R, Mattos RA, organizadores. Cuidado: as fronteiras da integralidade. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/IMS-UERJ/Abrasco; 2006. p.221-40.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde/DAPE. Saúde Mental no SUS: acesso ao tratamento e mudança do modelo de atenção. **Relatório de Gestão 2003-2006**. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Ambiência**. Brasília (DF): Editora do Ministério da Saúde; 2007. (Série B. Textos Básicos em Saúde).

Donabedian **A. La calidad de la atención medica: definición y metodos de evaluación.** México: La Prensa Medica Mexicana; 1984.